

Pacote desfigurado

Se aprovados, os 13 projetos que restaram na Alerj aumentarão a receita em apenas R\$ 5 bi

SELMA SCHMIDT
selma@oglobo.com.br

O estado não conseguirá aprovar na metade do seu pacote de austeridade, que começará a ser votado na semana que vem pela Assembleia Legislativa. O deputado estadual André Corrêa (DEM), da base governista, disse ontem estar pessimista. Ele afirmou que, pelos cálculos do governo, se todos os 13 projetos que restaram na Casa passassem na íntegra — o que não deverá ocorrer —, haveria um impacto de no máximo R\$ 5 bilhões, em 2017, e R\$ 6 bilhões, em 2018, entre aumento de receitas e redução de despesas. O valor está bem longe do que o estado esperava com a implantação das 22 medidas propostas: R\$ 13,3 bilhões, no próximo ano, e R\$ 14,6 bilhões, em 2018.

— Estamos caminhando para uma convulsão social. Não basta derrubar o projeto que extinguiu o Aluguel Social. É preciso ter dinheiro para custear o programa. Insisto que precisa haver um entendimento. E a União precisa ajudar. O governo federal está dormindo em berço esplêndido — disse Corrêa.

Segundo o deputado, o governador Luiz Fernando Pezão está em Brasília negociando com a União a edição de uma medida provisória, permitindo que uma regra existente para as empresas possa ser estendida para o setor público: a chamada recuperação judicial.

— Dessa forma, o pagamento das dívidas do estado, que somam R\$ 5,5 bilhões por ano, ficaria adiado — explica o deputado governista.

Dos 22 projetos encaminhados pelo Executivo à Alerj, oito foram devolvidos pelos deputados por serem considerados inconstitucionais. Outro — que extinguiu o adicional por tempo de serviço (triênio) para todos os servidores e previa uma economia de R\$ 150 milhões no primeiro ano — foi embargado por decisão judicial.

SÓ 5 PROJETOS DEVEM FICAR SEM MUDANÇA

Dos 13 projetos que restaram, cinco devem ser aprovados, embora modificados. Um deles é o que reduz em 30% os salários do governador, do vice, de secretários e de subsecretários, cuja economia é pequena: R\$ 7,1 milhões ao ano. Também devem ser aprovados o que cria um modelo de intimação eletrônica para cobranças da Fazenda Estadual (sem valor), o que altera regras para pagamento de precatórios (economia de R\$ 72 milhões ao ano) e o que proíbe por dez anos qualquer anistia aos devedores de impostos estaduais (valor não calculado). Mais um que tende a ser aprovado, embora com emendas, é o que adapta o orçamento dos poderes (duodécimos) à arrecadação real do estado.

— Já existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito desse assunto, pela racionalidade do duodécimo, o que vai facilitar a aprovação — argumenta o líder da bancada do PSDB, deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha. — Nos orçamentos, as receitas são superestimadas. Pela lei em vigor, é repassado aos poderes o duodécimo conforme essa receita corrente líquida estimada. Com a mudança da legislação, será repassado pela receita corrente líquida real.

Uma das emendas apresentadas pela bancada do PSDB ao projeto do duodécimo fixa prazo para a receita corrente líquida ser aferida mensalmente, a fim de o percentual devido ser repassado aos poderes no dia 20.

O deputado Carlos Minc (sem partido) também apresentou emendas ao projeto dos duodécimos. Quer que as receitas extraordinárias sejam excluídas do cálculo da receita corrente líquida:

— Os R\$ 2,9 bilhões repassados este ano pela União para a Olimpíada, por exemplo, foram contabilizados como receita corrente líquida. O mesmo aconteceu com os R\$ 6 bilhões obtidos com depósitos judiciais. Estimo que, com essa emenda, a mudança no repasse dos duodécimos possa representar uma economia de R\$ 500 milhões por ano ao estado.

O projeto dos duodécimos foi o último discutido ontem pelos deputados. O debate foi rápido: durou apenas 45 minutos. O presidente da Alerj, Jorge Picciani (PSDB), apareceu muito rapidamente no plenário, assim como o líder do governo, Edson Albertassi (PSDB). Quem abriu a sessão, inclusive, foi o deputado André Ceciliano (PT).

Os 13 projetos vão ser votados de 6 a 15 dezembro. O calendário ainda não está fechado. Mas a tendência é deixar para os últimos dias as propostas mais polêmicas, que atingem os servidores. Existe um consenso para decidir só no último dia sobre a proposta que adia para 2020 aumentos salariais aprovados em 2014 e que entrariam em vigor em 2017 e 2018. A medida representa uma economia de R\$ 835 milhões, no ano que vem, e R\$ 1,5 bilhão, em 2018.

Ao todo foram apresentadas 722 emendas aos 13 projetos. Reuniões do Colégio de Líderes dos Partidos deverão anteceder às votações para que os deputados tentem chegar a um acordo.

Um dos projetos que suscitará debates acirrados é o que aumenta a alíquota previdenciária dos servidores, de 11% para 14%, e da contribuição patronal, de 22% para 28%. O PSDB votará contra. Já bancada do governo está correndo

COMO FICARAM AS PROPOSTAS

DAS 22 MEDIDAS ANTICRISE DO EXECUTIVO, OITO FORAM RETIRADAS DE PAUTA, UMA ESTÁ EMBARGADA PELA JUSTIÇA E 13 SERÃO VOTADAS, A PARTIR DE TERÇA-FEIRA



	PROJETOS	Nº DE EMENDAS	IMPACTO (R\$)
OS 13 PROJETOS QUE SERÃO VOTADOS	Reduz em 30% o salário do governador, do vice, de secretários e subsecretários	43	7,1 milhões (ao ano)
	Muda o Rioprevidência, com aumento da alíquota dos servidores de 11% para 14% e da contribuição patronal de 22% para 28%	106	1,2 bilhão
	Aumenta a alíquota de ICMS de diferentes produtos	87	1,4 bilhão
	Cria modelo de intimação eletrônica para cobranças da Fazenda Estadual	26	Sem valor
	Adia para 2020 aumentos salariais aprovados em 2014 e que entrariam em vigor em 2017 ou 2018	61	835 milhões (em 2017) e 1,5 bilhão (em 2018)
	Acaba com os programas Renda Melhor e Renda Melhor Jovem	24	193 milhões (ao ano)
	Muda cobrança nas barcas. Moradores de Paquetá e Ilha Grande passam a pagar	27	1,7 milhão (ao ano)
	Limita o subsídio do Bilhete Único	121	28 milhões (ao ano)
	Altera regras para pagamento de precatórios	60	72 milhões (ao ano)
	Limita o aumento da despesa com pessoal dos poderes a 70% do crescimento da receita	38	Não foi feito o cálculo
PROJETOS DEVOLVIDOS	40% das receitas de fundos estaduais e 70% do superávit poderão ser usados para pagamento de pessoal	66	500 milhões (ao ano)
	Proíbe por 10 anos qualquer anistia aos devedores de impostos estaduais	34	Valor não calculado
	Adapta orçamento dos poderes (duodécimos) à arrecadação real do estado	29	400 milhões (ao ano)
	Criava alíquotas extraordinárias de 16% e de 30% para servidores da ativa e inativos	-	4,7 bilhões (no 1º ano)
	Extinguia o Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Ceperj)	-	3,2 milhões (em 2017)
	Extinguia a Superintendência de Desportos do Rio de Janeiro (Suderj): também já havia sido rejeitada em fevereiro.	-	1,44 milhão (em 2017)
	Extinguia o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj)	-	1,58 milhão (em 2017)
	Extinguia a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj)	-	1,68 milhão (em 2017)
	Extinguia o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro (Iaserj)	-	811,95 mil (em 2017)
	Extinguia o Instituto Estadual Engenharia e Arquitetura (IEEA)	-	1,13 milhão (em 2017)
PROJETO SUSPENSO POR DECISÃO JUDICIAL	Extinguia a Fundação Leão XIII	-	2,5 milhões (em 2017)
	Extinguia o adicional por tempo de serviço (triênio) para todos os servidores	-	R\$ 150 milhões (no 1º ano)

Fonte: Governo do estado



Pacto. O deputado André Corrêa, que faz parte da base

“Estamos caminhando para uma convulsão social. Não basta derrubar o projeto que extinguiu o Aluguel Social. É preciso ter dinheiro para custear o programa”

André Corrêa
Deputado

atrás de apoio, pois ele teria um impacto financeiro de R\$ 1,2 bilhão. A proposta recebeu 106 emendas. E a tendência é que seja aprovado um aumento escalonado. Há emendas passando a alíquota dos funcionários para 12%, em 2017; 13% em 2018; e 14%, em 2019.

Outros projetos que para serem aprovados dependerão de muitas mudanças são os dois discutidos anteontem em plenário. Um deles limita o crescimento da folha de pessoal dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e suas autarquias, a 70% do aumento real da receita corrente líquida do ano anterior. Como as receitas estão em queda, na prática a medida congela o aumento das despesas de pessoal para 2017. O segundo prevê que 40% das receitas dos fundos estaduais e 70% do superávit financeiro — saldo nas contas — no fim do exercício poderão ser usados para pagamento de pessoal, inclusive as despesas previdenciárias dos respectivos órgãos a que esses fundos pertencem. A medida, se aprovada, valerá por 16 meses.

O projeto que prevê a extinção dos programas sociais Renda Melhor e Renda Melhor Jovem, com uma economia de R\$ 193 milhões por ano, também não deverão passar. Tendem a ser vetados ainda projetos que elevam os custos do transporte: o que acaba com a gratuidade nas barcas para os moradores de Paquetá e da Ilha Grande (economia de R\$ 1,7 milhão ao ano) e o que limita o subsídio dado pelo governo aos usuários do bilhete único a R\$ 150 mensais. Mais uma proposta de difícil aprovação é a que eleva a alíquota de ICMS de vários produtos.

— Vou defender um pacto de travessia, baseado em quatro pontos: a manutenção dos programas sociais, os cortes no orçamento dos poderes, a revisão das isenções fiscais e o aumento escalonado da contribuição previdenciária — disse André Corrêa. ●

Editoria de Arte

Liminar livra empresas de depositarem 10% das isenções em fundo

Mudança dos benefícios fiscais gera insegurança jurídica, diz Firjan, que entrou com ação

Uma liminar do Tribunal de Justiça suspendeu ontem os efeitos da lei estadual 7.428/2016 para os associados ao Centro Industrial do Rio de Janeiro (Cirj). Pela legislação, as empresas são obrigadas a recolher 10% dos incentivos fiscais concedidos pelo governo ao Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEF).

A decisão judicial foi baseada numa ação movida pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan). Segundo a entidade, na liminar, o TJ diz que “é inconstitucional a vinculação da receita do ICMS a um fundo específico”. Em nota, a Firjan ressaltou ainda que “alterações na política de incentivos fiscais geram um grave clima de insegurança jurídica para as empresas que já estão instaladas” no Rio.

A lei que criou o FEEF foi sancionada em agosto pelo então governador em exercício Francisco Dornelles. Um dos artigos prevê que, em caso descumprimento, o contribuinte poderá perder os incentivos fiscais. ●